

**A INFLUÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS NA PRÁTICA DA
PERÍCIA MÉDICA FORENSE NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA
JURÍDICA**

**THE INFLUENCE OF INTERNATIONAL STANDARDS ON THE PRACTICE
OF FORENSIC MEDICAL EXPERTISE IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM A
LEGAL PERSPECTIVE**

**LA INFLUENCIA DE LAS NORMAS INTERNACIONALES EN LA PRÁCTICA
DE LA PERICIA MÉDICA FORENSE EN BRASIL: UN ANÁLISIS DESDE LA
PERSPECTIVA JURÍDICA**

Manuella Cássia Peixoto Villa Nova¹
Reginaldo Inojosa Carneiro Campello²
Adriana Conrado de Almeida³
Diogo Severino Ramos da Silva⁴

RESUMO

A perícia médica forense é um campo essencial dentro do sistema judiciário, fornecendo avaliações técnicas e científicas que auxiliam na resolução de casos judiciais. No Brasil, a prática da perícia médica forense tem sido influenciada significativamente pelas normas internacionais, que desempenham um papel crucial na padronização, na qualidade e na integridade das avaliações periciais. O presente manuscrito busca analisar a influência dessas normas sob a ótica jurídica, abordando sua implementação, desafios e benefícios no contexto brasileiro;

Palavras-chave: Perícia Forense. Sistema Jurídico Brasileiro. Normas internacionais.

ABSTRACT

(*) Recibido: 09/04/2024 | Aceptado: 27/05/2024 | Publicación en línea: 28/06/2024.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

¹Membro da Comissão da OAB de Perícias Forenses do Estado de Pernambuco- CPF OAB/PE. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Email: manuella.cassia.peixoto@gmail.com. ORCID: 0009-0003-1696-4664.

²Doutor em Odontologia pela Universidade de Pernambuco. Email: rinojosacc@hotmail.com. ORCID: 00000001-6947-9329

³Doutora em Saúde Materno Infantil pelo Instituto de Medicina Integral pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. em Perícias Forenses pela Universidade de Pernambuco (UPE). Email: adriana.almeida@upe.br. ORCID: 0000-0001-6141-0458

⁴Professor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade dos Palmares, Mestre em Perícia Forenses pela UPE, Especialista em Direito e Processo Civil, Especialista em Docência do Ensino Superior, Advogado Diretor da CAAPE – OAB/PE, Editor Chefe da Revista Brasileira de Ciências Forenses, Diretor Executivo da Startup DTR Soluções. diogoramos.adv@gmail.com ORCID: 0000-0002-3149-7756

Forensic medical expertise is an essential field within the judicial system, providing technical and scientific evaluations that aid in the resolution of legal cases. In Brazil, the practice of forensic medical expertise has been significantly influenced by international standards, which play a crucial role in the standardization, quality, and integrity of forensic evaluations. This manuscript aims to analyze the influence of these standards from a legal perspective, addressing their implementation, challenges, and benefits in the Brazilian context.

Key-words: Forensic Expertise. Brazilian Legal System. International Standards

RESUMEN

La pericia médica forense es un campo esencial dentro del sistema judicial, proporcionando evaluaciones técnicas y científicas que ayudan en la resolución de casos judiciales. En Brasil, la práctica de la pericia médica forense ha sido significativamente influenciada por las normas internacionales, que desempeñan un papel crucial en la estandarización, la calidad y la integridad de las evaluaciones periciales. Este manuscrito busca analizar la influencia de estas normas desde la perspectiva jurídica, abordando su implementación, desafíos y beneficios en el contexto brasileño.

Palabras clave: Pericia Forense. Sistema Jurídico Brasileño. Normas Internacionales

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância das normas internacionais na prática da perícia médica forense no Brasil. A perícia médica forense, uma especialidade que combina conhecimentos médico-científicos e jurídicos, utiliza esses conhecimentos para esclarecer fatos de interesse da justiça. O médico legista, profissional dessa área, desempenha um papel crucial na prática forense, fornecendo avaliações que possuem valor probante indiscutível no auxílio do direito processual. As normas internacionais influenciam significativamente essa prática, promovendo a padronização dos procedimentos, a melhoria da qualidade das avaliações e a proteção dos direitos humanos. A conformidade com essas normas é essencial para garantir a justiça e a veracidade das sentenças judiciais, assegurando que as avaliações periciais sejam conduzidas de maneira ética e fundamentada na verdade dos fatos.

O Brasil, como membro ativo da comunidade internacional, está em processo de adaptar suas práticas forenses para atender às exigências e diretrizes estabelecidas por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Interpol e outras instituições relevantes. Essas normas internacionais visam garantir que os procedimentos periciais sejam conduzidos com rigor científico, transparência e imparcialidade, alinhando-se às melhores práticas globais e contribuindo para a integridade do sistema de justiça.

Este estudo visa explorar como as normas internacionais têm moldado a prática da perícia médica forense no Brasil, analisando o impacto dessas normas na qualidade dos procedimentos periciais e na eficácia do sistema judicial. A pesquisa abrange a evolução das normas internacionais, o alinhamento com as práticas brasileiras e os desafios e benefícios associados a essa integração. Ao abordar essas questões, busca-se compreender como a adoção de padrões internacionais pode contribuir para a construção de um sistema de justiça mais robusto e equitativo.

2 MEDICINA LEGAL E DIREITO: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E EVOLUÇÃO

A Medicina Legal é uma disciplina científica que explora os aspectos médicos e jurídicos do ser humano, desde a concepção até após a morte. Ela exige dos seus profissionais não apenas um conhecimento profundo em Medicina e Direito, mas também uma compreensão de outras ciências, para emitir pareceres detalhados, claros e racionais. O objetivo é fornecer ao julgador um quadro preciso da realidade, contribuindo para a justiça e a elucidação dos fatos (França, D. Medicina Legal).

Hélio Gomes (2003a), em sua obra Medicina Legal, destaca que a relação entre Medicina e Direito remonta à Antiguidade. Os sacerdotes, que combinavam funções de legisladores, juízes e médicos, utilizavam seu conhecimento para tratar doenças e interpretar a vontade divina. Assim, desde os tempos antigos, já se observava a interseção entre saber médico e jurídico.

A Medicina Legal, atualmente, presta significativa colaboração ao Direito, sendo essencial para questões que vão desde a paternidade e impedimentos matrimoniais até lesões corporais e crimes. Ela interage com diversas áreas do Direito, incluindo o Direito Civil, Penal, Constitucional, Processual, Penitenciário, Trabalhista, e até mesmo com o Direito Internacional e Comercial. Além disso, a Medicina Legal se relaciona com outras ciências como Química, Física, Toxicologia, Balística, Dactiloscopia e Sociologia, e se conecta ainda com a Polícia Científica, Criminologia, Vitimologia e Infortunistica, estudando desde o impacto de acidentes de trabalho até a participação da vítima em crimes (França, 2011)

A prática da Medicina Legal é fundamental para a administração da justiça, pois contribui para o esclarecimento de casos complexos que envolvem questões médicas e

legais. Ela é uma ciência em constante evolução, adaptando-se às novas tecnologias e descobertas científicas, e desempenha um papel crucial na garantia dos direitos individuais e coletivos (França, 2011)

No Brasil, a Medicina Legal enfrenta desafios como a necessidade de atualização contínua dos profissionais e a integração de novas tecnologias. Apesar de alguns avanços, a área ainda necessita de mais investimento e aprimoramento para acompanhar as mudanças e demandas do sistema judicial.

A Medicina Legal brasileira é reconhecida internacionalmente, como demonstrado pelo trabalho de identificação de Joseph Mengele, o "anjo da morte", e continua a desempenhar um papel vital na interface entre Medicina e Direito. A sua evolução é marcada pela contribuição de profissionais e instituições que buscam aprimorar a prática e garantir a justiça através de uma análise médica precisa e imparcial.

No passado, a Medicina Legal, embora parte do currículo das escolas médicas, era predominantemente focada em Tanatologia, limitando seu escopo ao estudo da morte. Historicamente, os médicos desempenhavam um papel essencial na prestação de cuidados a pessoas doentes ou traumatizadas, mas a importância dos aspectos legais dessa prática era frequentemente subestimada. A coleta de evidências de crimes e a análise das consequências de situações de violência eram frequentemente negligenciadas, o que impedia a adequada obtenção de provas e a resolução de questões legais relacionadas a crimes, processos civis ou acidentes de trabalho. Esta limitação inadvertidamente comprometia o direito à justiça, ao deixar de considerar o impacto das lesões e das circunstâncias legais associadas a elas (França, 2011)

Entretanto, grandes mudanças se operaram no último século na nossa sociedade, vindo alterar a abrangência da medicina legal e restantes ciências forenses, nomeadamente no que se refere ao seu papel social. Entre estas mudanças destacam-se: a) o aumento da violência voluntária (agressões, crimes sexuais, etc.) e involuntária (acidentes) que está na origem de inúmeras situações simultaneamente médicas e legais; b) o desenvolvimento da ciência médica quer a nível dos cuidados de emergência (o que permite, cada vez mais, a sobrevivência de pessoas à custa de sequelas graves), quer a nível tecnológico (o que obriga a repensar, em cada dia, a melhor solução para a readaptação e reintegração dessas pessoas); c) a noção mais abrangente de saúde e do papel social do médico e da medicina, registrando-se alterações importantes no âmbito da reinserção social e dos modelos de atuação; d) o posicionamento do direito e da lei, face à tomada

de consciência sobre os direitos humanos; e) o alargamento dos cuidados de saúde a toda a população e a extensão desses cuidados não só às ações assistenciais curativas ou paliativas, mas, também, às ações de prevenção da violência, surgindo a necessidade de desenvolver programas de prevenção fundamentados em estudos, cientificamente aprofundados, sobre este fenômeno (França, 2011).

Estas situações podem incluir, por exemplo, o estudo de casos mortais ou não mortais de situações de violência (colheita de vestígios; diagnóstico diferencial entre uma etiologia criminosa, acidental ou natural; definição das consequências temporárias e permanentes para a vítima de um traumatismo), a avaliação do estado de toxicodependência, a determinação do sexo, a identificação de corpos ou restos cadavéricos, a determinação da imputabilidade, o estudo da filiação, a pesquisa de drogas de abuso ou outros tóxicos em amostras biológicas, etc.

3 IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS NO BRASIL

A perícia forense desempenha um papel essencial na administração da justiça, sendo responsável pela análise técnica de evidências para auxiliar na resolução de casos judiciais. No Brasil, a integração das normas internacionais neste campo tem se tornado uma prioridade, visando garantir a qualidade e a confiabilidade dos processos judiciais. A adoção dessas normas, estabelecidas por organizações globais como a Organização Internacional para Padronização (ISO) e a INTERPOL, é fundamental para alinhar as práticas forenses brasileiras aos padrões globais.

A norma ISO 17025, que especifica os requisitos para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, é um exemplo crucial. Esta norma estabelece critérios rigorosos para a validação de métodos, calibração de equipamentos e treinamento de pessoal, assegurando que os resultados forenses produzidos atendam aos padrões internacionais de qualidade e precisão (ISO, 2017). A implementação da ISO 17025 é um passo importante para garantir que os laudos periciais brasileiros sejam reconhecidos e aceitos globalmente, fortalecendo a credibilidade das evidências apresentadas em processos judiciais (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2022). A harmonização com normas internacionais também facilita a aceitação das evidências forenses em tribunais internacionais e promove a cooperação entre jurisdições. Esta capacidade de produzir evidências conforme padrões globais é vital para casos que

envolvem múltiplos países, aumentando a confiança no sistema de justiça brasileiro e melhorando a eficácia das investigações criminais (Smith, 2020). Para que essa integração seja eficaz, é necessário que os profissionais de perícia forense recebam capacitação contínua, alinhada com as normas internacionais.

No entanto, a implementação das normas internacionais apresenta desafios significativos, como a modernização dos equipamentos, a atualização dos procedimentos e a alocação adequada de recursos são aspectos críticos que devem ser abordados para garantir a conformidade com essas normas. Além disso, pode ser necessário revisar a legislação nacional para alinhar-se com os padrões globais e assegurar uma implementação eficaz (Lima & Santos, 2023).

Apesar dos desafios, os benefícios da adoção de padrões internacionais são substanciais. A melhoria da qualidade dos resultados forenses, a redução da margem de erro e o fortalecimento da confiança no sistema judiciário são alguns dos ganhos mais importantes. A conformidade com normas internacionais também facilita a cooperação internacional em investigações e processos judiciais, promovendo uma abordagem mais eficiente e colaborativa para a resolução de casos (Pereira, 2019).

Para alcançar uma plena implementação das normas internacionais, o Brasil precisaria desenvolver uma legislação e regulamentação adequadas. A atualização das leis existentes ou a criação de novas leis pode garantir que as práticas forenses estejam alinhadas com os padrões globais, promovendo uma maior integração entre os sistemas de justiça nacional e internacional (Gomes & Freitas, 2022b).

A implementação das normas internacionais no Brasil no âmbito da perícia forense é um passo fundamental para melhorar a qualidade e a confiabilidade dos processos. Embora existam desafios a serem superados, os benefícios associados à adoção dessas normas são significativos e promovem um sistema de justiça mais eficaz e confiável.

3.1 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS

A implementação de normas internacionais é um processo crucial para garantir a padronização e a qualidade em diversos campos, incluindo a perícia forense. No entanto, esse processo não é isento de desafios. A adoção de normas globais frequentemente

envolve uma série de obstáculos que podem impactar a eficácia e a eficiência da integração dessas diretrizes em contextos nacionais.

Um dos principais desafios enfrentados na implementação dessas normas é a necessidade de modernização das infraestruturas e tecnologias. Normas como a ISO 17025, que define requisitos para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, exigem que os laboratórios possuam equipamentos atualizados e processos tecnologicamente avançados para garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados (ISO, 2017). Muitas vezes, a adoção dessas normas implica investimentos substanciais em novos equipamentos e em reformas nas instalações, o que pode ser um impedimento significativo, especialmente para laboratórios com recursos financeiros limitados.

Além dos desafios tecnológicos, a implementação de normas internacionais também requer uma atualização contínua dos processos e metodologias. As normas internacionais estão em constante evolução para refletir os avanços científicos e técnicos, e as organizações precisam adaptar seus procedimentos para manter a conformidade (Oliveira, 2021). Essa necessidade de atualização contínua pode ser particularmente desafiadora em contextos onde os recursos são escassos e a capacitação de pessoal não é uma prioridade. A falta de um plano estruturado para a integração das novas práticas e técnicas pode levar a lacunas na implementação e na qualidade dos resultados (Lima & Santos, 2023).

Outro desafio significativo é o alinhamento da legislação nacional com as normas internacionais. Para que as normas internacionais sejam eficazmente integradas, é necessário que a legislação local seja revisada e ajustada para refletir esses padrões globais (Gomes & Freitas, 2022b). Esse processo pode ser complexo e demorado, exigindo a colaboração entre diferentes entidades governamentais e a criação de novos regulamentos. A resistência à mudança e as barreiras burocráticas podem atrasar a implementação e criar dificuldades na transição para práticas alinhadas com os padrões internacionais.

Em suma, a implementação de normas internacionais apresenta vários desafios que podem impactar a eficácia da integração dessas diretrizes. A modernização tecnológica, a atualização contínua dos processos, o alinhamento da legislação e a capacitação dos profissionais são aspectos críticos que precisam ser geridos de forma eficaz para garantir uma transição bem-sucedida. Embora esses desafios sejam significativos, a superação deles é fundamental para garantir a qualidade e a conformidade

com os padrões internacionais, promovendo assim um ambiente mais consistente e confiável para a prática forense e outras áreas.

3.2 BENEFÍCIOS DA CONFORMIDADE COM NORMAS INTERNACIONAIS

A conformidade com normas internacionais traz uma série de benefícios significativos para organizações e sistemas em diversos setores, incluindo a perícia forense. Essas normas, desenvolvidas por entidades globais como a Organização Internacional para Padronização (ISO), oferecem um conjunto de diretrizes e padrões que promovem a qualidade, a consistência e a confiança em processos e resultados.

Um dos principais benefícios da conformidade com normas internacionais é a padronização dos procedimentos e práticas. Normas como a ISO 17025, que estabelece requisitos para a competência de laboratórios de ensaio e calibração, garantem que as práticas adotadas sejam uniformes e baseadas nas melhores técnicas disponíveis (ISO, 2017). Essa padronização é crucial para garantir que os resultados obtidos sejam precisos e confiáveis, o que é particularmente importante em contextos onde a integridade das informações é fundamental, como na perícia forense (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2022).

Além da padronização, a conformidade com normas internacionais facilita a aceitação e a comparação de resultados em nível global. Em uma realidade cada vez mais interconectada, onde investigações e processos judiciais frequentemente abarcam múltiplas jurisdições, a adoção de normas globais torna-se imperativa para que os resultados sejam reconhecidos e aceitos internacionalmente (Smith, 2020). Essa aceitação global é essencial para fomentar a cooperação entre nações e garantir a eficiência nas investigações transnacionais, possibilitando uma troca de informações e evidências de maneira mais fluida e eficaz (Pereira, 2019).

Outro benefício significativo é a melhoria contínua da qualidade e da competência. Normas internacionais são frequentemente atualizadas para refletir avanços tecnológicos e melhores práticas. Organizações que aderem a essas normas são obrigadas a se manter atualizadas e a adaptar seus processos conforme as novas diretrizes (Oliveira, 2021). Essa pressão para a atualização contínua promove a inovação e a eficiência, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços e da qualidade dos resultados (Lima & Santos, 2023).

A conformidade com normas internacionais também fortalece a credibilidade e a confiança pública. Quando uma organização segue normas reconhecidas globalmente, isso transmite uma mensagem de comprometimento com a qualidade e a transparência. Para a perícia forense, isso significa que os laudos e análises realizados são vistos como mais confiáveis e imparciais, aumentando a confiança das partes interessadas no sistema de justiça e na validade dos processos judiciais.

Desta forma, a adesão a padrões internacionais proporciona diversos benefícios, como a uniformização dos procedimentos, a aceitação universal dos resultados, a constante melhoria da qualidade e o fortalecimento da credibilidade e da confiança pública. Esses benefícios são vitais para assegurar a eficácia e a eficiência em vários setores, especialmente em áreas como a perícia forense, onde a precisão e a confiabilidade são essenciais para a justiça.

A metodologia para avaliar os benefícios da conformidade com normas internacionais na perícia forense incluiu uma abordagem multifacetada que combina análise teórica, revisão documental e estudo de casos práticos. Sendo realizada uma revisão detalhada da literatura existente sobre normas internacionais relevantes para a perícia forense. Esta revisão incluiria livros, artigos científicos e documentos técnicos de organizações como a ISO e a ABNT.

Além disso, pode ser realiza uma análise documental dos requisitos e diretrizes dessas normas, examinando como elas são implementadas e adaptadas no contexto da perícia forense. Documentos normativos e relatórios de conformidade de organizações especializadas serão revisados para identificar práticas recomendadas e padrões de qualidade estabelecidos (Smith, 2020).

A análise dos resultados e impactos dessas práticas é baseada em entrevistas com profissionais da área, como peritos forenses e gestores de laboratórios, além de uma revisão de relatórios de qualidade e certificação (Pereira, 2019).

Adicionalmente, foi realizada uma análise comparativa com outras jurisdições e países que adotam normas internacionais similares, permitindo identificar similaridades e diferenças na aplicação e benefícios dessas normas em diferentes contextos (Lima & Santos, 2023).

Essa abordagem metodológica proporciona uma compreensão abrangente dos benefícios da conformidade com normas internacionais, enfocando a padronização dos

procedimentos, a aceitação global dos resultados, a melhoria contínua da qualidade e o fortalecimento da credibilidade e confiança pública na perícia forense.

4 CASOS REAIS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS

A integração das normas internacionais na perícia médica forense no Brasil representa um marco importante na evolução dos processos investigativos e judiciais. A adoção desses padrões globais não apenas aprimora a qualidade e a consistência das análises, mas também facilita a aceitação e a validade das evidências forenses em tribunais nacionais e internacionais. Este estudo explora a influência das normas internacionais na prática forense brasileira, apresentando casos específicos que exemplificam essa transformação e discutem as implicações jurídicas dessa integração.

Um exemplo recente da influência dessas normas internacionais é o caso de um incêndio de grandes proporções em um complexo industrial. A investigação exigiu uma análise minuciosa dos vestígios encontrados no local. A aplicação da norma ISO 17020, que especifica os requisitos para as organizações que realizam inspeções, foi essencial para garantir a precisão e a integridade da avaliação (ISO, 2018). Os inspetores forenses, treinados conforme essas normas, conseguiram identificar com precisão a origem do incêndio e fornecer laudos que foram aceitos em tribunais devido à robustez dos métodos e à confiabilidade dos resultados.

Outro caso relevante envolve a investigação de um acidente de trabalho fatal, onde a perícia médica forense desempenhou um papel crucial. A conformidade com a norma ISO 15189 assegurou que os exames médicos fossem realizados com precisão e conforme procedimentos estabelecidos globalmente. O laudo resultante, que incluiu análises toxicológicas e avaliações de lesões, foi fundamental para a determinação das responsabilidades legais no caso. A padronização proporcionada por essa norma permitiu que o laudo fosse utilizado como evidência confiável em um processo judicial complexo (Jones & Green, 2022).

4.1 AVANÇOS TECNOLÓGICOS E MELHORIA DOS PROCEDIMENTOS

A influência das normas internacionais também se reflete no avanço das tecnologias utilizadas na perícia médica forense. O uso de equipamentos de ponta e a

adoção de metodologias avançadas são facilitadores nesse processo. Em um caso recente de análise de DNA para resolver um crime de desaparecimento, a implementação dessas normas permitiu a utilização de tecnologias de sequenciamento de última geração, que forneceram resultados detalhados e precisos (Smith & Black, 2021). A norma garantiu que todos os aspectos do processo, desde a coleta até a análise dos dados, fossem conduzidos de acordo com os padrões internacionais, aumentando a precisão e a aceitação dos resultados em tribunal.

4.1.1 Análise de DNA e Tecnologias Avançadas

Em 2016 a Justiça brasileira autorizou o uso de todas as tecnologias disponíveis para solucionar uma controvérsia, acerca do resultado de um exame de DNA feito em 1997 pelo usual método Short Tandem Repeats, sendo este inconclusivo, em consequência da degradação óssea dos restos cadavéricos exumados — dois fêmures e duas tíbias. O material permanecia sob a guarda do laboratório, uma vez que o pedido de novo sepultamento formulado pelos herdeiros havia sido indeferido. No caso concreto, o ministro Luís Felipe Salomão, da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em decisão monocrática, determinou que fosse realizado novo teste de DNA em ossos, com tecnologia mais avançada. No exame, o magistrado permitiu o uso de métodos modernos, tais como o Single Nucleotide Polymorphism e Indels (de inserções e deleções), para solucionar um processo de investigação de paternidade e divisão de herança de um homem que morreu há mais de 30 anos.

A decisão do ministro reformou acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A corte estadual indeferiu o pedido de novo exame de DNA apresentado pela suposta herdeira, ao entendimento de que o pedido da autora não traria nenhuma prova de que o novo exame pudesse alterar os fatos já constatados.

Diante da decisão da Justiça mineira e da reiterada recusa dos demais herdeiros em fazer a perícia indireta pela reconstituição de alelos paternos, a mulher requereu no STJ exame de DNA por meio de métodos mais avançados.

Em minuciosa decisão, repleta de citações doutrinárias e precedentes, o Ministro Luís Felipe Salomão decidiu pela necessidade de tentar fazer novo exame. O magistrado ressaltou o avanço das pesquisas tecnológicas e da precisão científica na identificação da

carga genética do indivíduo, de forma simples, rápida e segura. Para o ministro, a definitiva imprestabilidade do exame de DNA nos restos mortais do morto somente poderia ser atestada após o exame ser feito pela técnica mais apurada, o que levou a identificação precisa de um indivíduo a partir de amostras de DNA altamente degradadas. A norma ISO 17025 assegura a validação dos resultados e a confiança nas evidências apresentadas em tribunal, demonstrando como a conformidade com padrões internacionais pode ampliar as capacidades tecnológicas e melhorar a precisão das análises forenses (Smith & Black, 2021).

5 DISCUSSÃO

Em uma disputa judicial sobre responsabilidade civil médica no Brasil, uma perícia forense foi necessária para avaliar a conduta de um cirurgião durante uma operação complexa. A aplicação da norma ISO 17025 foi essencial para garantir que os testes laboratoriais e as análises técnicas fossem realizados conforme os padrões internacionais de competência e qualidade. Esta norma estabelece requisitos gerais para a competência dos laboratórios de ensaio e calibração, assegurando que os resultados sejam precisos e confiáveis (ISO, 2021).

Apesar dos avanços proporcionados pela integração das normas internacionais, existem desafios a serem enfrentados. A adoção uniforme dessas normas pode ser dificultada por questões de infraestrutura e treinamento, especialmente em regiões mais remotas ou menos desenvolvidas (Miller & Johnson, 2023). Além disso, a integração de normas internacionais em sistemas jurídicos nacionais pode gerar complexidades legais, especialmente quando as práticas locais e internacionais divergem.

Por outro lado, a conformidade com normas internacionais abre oportunidades significativas para o fortalecimento do sistema judicial. A aceitação global das evidências e a facilitação da cooperação internacional são benefícios notáveis. A harmonização das práticas forenses contribui para uma maior transparência e para a construção de um sistema judicial mais robusto e confiável. A conformidade com normas internacionais também facilita a cooperação entre diferentes países e sistemas jurídicos. Em um contexto globalizado, é comum que casos legais envolvam múltiplas jurisdições ou exijam a colaboração entre autoridades de diferentes nações. A adoção desses padrões auxiliam na superação das barreiras e divergências nas práticas forenses, tornando mais fácil a troca

de informações e a colaboração entre peritos e investigadores de diferentes países. Isso é particularmente importante em casos que envolvem crimes transnacionais, como tráfico de drogas ou terrorismo, onde a eficácia da investigação e do julgamento depende da capacidade de diferentes países trabalharem juntos de forma coordenada e eficiente (Smith & Brown, 2023).

Além disso, a conformidade com padrões rigorosos e amplamente aceitos demonstra o compromisso do sistema judicial com a qualidade e a integridade das análises forenses. Quando os processos são realizados de acordo com normas internacionais, é mais provável que os resultados sejam aceitos por todas as partes envolvidas, incluindo advogados, juízes e jurados. Essa transparência contribui para uma maior confiança no sistema judicial e na imparcialidade das decisões tomadas com base nas evidências forenses (Gordon & Thompson, 2021).

A adesão às normas internacionais também oferece oportunidades significativas para o desenvolvimento profissional e a capacitação contínua dos peritos e outros profissionais envolvidos na perícia médica forense. A necessidade de cumprir com padrões globais incentiva a atualização constante das habilidades e conhecimentos dos profissionais, promovendo a adoção de novas técnicas e tecnologias, contribuindo para a melhoria da qualidade das evidências forenses. Os padrões globais garantem que os métodos de coleta, análise e apresentação das evidências sejam rigorosos e baseados em práticas comprovadas. Isso reduz a probabilidade de erros e aumenta a confiabilidade dos resultados. Em casos complexos e de alta importância, a conformidade com normas internacionais assegura que as evidências sejam tratadas com o maior cuidado e precisão, proporcionando uma base sólida para as decisões judiciais (Martins & Silva, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das normas internacionais na prática da perícia médica forense no Brasil representa um avanço significativo para a garantia de justiça e a melhoria da qualidade dos processos judiciais. Esta integração não se limita à adoção de técnicas e procedimentos, mas implica uma transformação abrangente que almeja a harmonização dos padrões periciais com os mais elevados critérios globais.

O impacto das normas internacionais vai além da padronização técnica; ele promove uma elevação do nível ético e científico das práticas forenses. A conformidade

com esses padrões internacionais contribui para a construção de um sistema judicial mais confiável e transparente, o que é essencial para fortalecer a credibilidade das decisões judiciais e garantir a proteção dos direitos dos indivíduos. Isso reflete um compromisso com a justiça que transcende fronteiras, reconhecendo a necessidade de um padrão global de excelência para assegurar a verdade e a equidade em cada caso.

Além disso, a influência das normas internacionais abre portas para uma maior colaboração e intercâmbio de conhecimentos entre peritos de diferentes países. Essa cooperação é vital para enfrentar desafios globais complexos e para lidar com questões de jurisdição internacional, permitindo uma abordagem mais integrada e eficaz na resolução de casos que envolvem múltiplas jurisdições e contextos legais distintos.

Não obstante, a implementação dessas normas requer um esforço contínuo para superar desafios como a resistência à mudança e as limitações financeiras. É crucial que as instituições e os profissionais envolvidos no sistema de justiça estejam comprometidos com a formação contínua e a atualização dos procedimentos periciais, garantindo que o Brasil não apenas adote, mas também sustente e desenvolva práticas que estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais.

Finalmente, a influência das normas internacionais na perícia médica forense no Brasil não deve ser vista como um fim, mas como um processo dinâmico e em constante evolução. A busca pela excelência pericial é uma jornada que exige uma vigilância constante e um comprometimento com a inovação e a adaptação às novas realidades científicas e jurídicas. Ao integrar eficazmente esses padrões internacionais, o Brasil não só fortalece o seu sistema de justiça, mas também reafirma seu papel no cenário global como um defensor dos mais elevados princípios de justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

- Anderson, R., & White, L. (2022). *Avanços em ciência forense: Integração de normas internacionais*. *Ciência Forense Internacional*, 311, 1-10.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. (2022). *ISO/IEC 17025:2017 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração*.
- Brown, J., & Clark, T. (2022). *Transparência e confiança nas práticas forenses: O papel das normas internacionais*. *Revista de Ciências Forenses*, 67(4), 1347-1356.
- França, G. V. d. (2017). *Medicina Legal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

- França, D. *Medicina Legal*. 10. ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2011.
- Gomes, H. (2003a). *Medicina Legal*. 33. ed., Rio de Janeiro/RJ: Freitas Bastos.
- Gomes, A. L., & Freitas, M. P. (2022b). *Legislação e regulamentação forense: Desafios e perspectivas*. Editora Jurídica Brasileira.
- Hércules, H. d C. (2014). *Medicina Legal – Texto e atlas*, 2. ed., São Paulo: Atheneu, 2014.
- Harrison, P., & Smith, A. (2021). *Aceitação global de evidências forenses: O impacto das normas internacionais*. *Revista Internacional de Ciências Forenses*, 11(2), 55-67.
- International Organization for Standardization [ISO]. (2017). *ISO/IEC 17025:2017 - Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração*. Organização Internacional de Normalização.
- Jones, M. (2020). *Cooperação forense transnacional: O papel das normas internacionais*. *Revisão Global de Direito*, 15(1), 23-39.
- Lima, R. C., & Santos, J. A. (2023). *Desafios na implementação de normas internacionais em perícia forense*. *Revista Brasileira de Perícia Criminal*, 12(1), 45-67.
- Miller, K. (2019). *Padronização de métodos forenses: Desafios e benefícios*. *Revisão de Ciências Forenses*, 31(3), 275-290.
- Novo, B. N. (2022). *A importância da medicina legal para o direito*. (<<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/a-importancia-da-medicina-legal-para-o-direito.htm>>).
- Oliveira, T. P. (2021). *Capacitação profissional em perícia forense: Alinhamento com normas internacionais*. Editora Forense.
- Pereira, L. F. (2019). *Benefícios da adesão a normas internacionais na perícia forense*. *Revista de Ciências Forenses*, 64(3), 789-800.
- Roberts, C., & Davis, M. (2021). *Desenvolvimento profissional em ciência forense: Alinhamento com normas internacionais*. *Revista de Educação Profissional Forense*, 18(1), 89-102.
- Smith, J. (2020). *Normas internacionais em ciência forense: Uma perspectiva global*. *Revisão de Ciências Forenses*, 32(2), 115-130.